



Religião e direitos LGBT: Um estudo sobre o PLC 122/2006

Juliana Trindade¹, Ricardo Mariano² (orientador)

*Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Núcleo de Estudos das Organizações
Religiosas-NEOR*

Resumo

A partir da Assembleia Nacional Constituinte, realizada em 1986 e 1987, abriram-se várias frentes de luta entre grupos religiosos e setores laicos da sociedade brasileira. As lutas travam-se em torno, por exemplo, de demandas e projetos de legalização e descriminalização do aborto e do uso de drogas, de união civil de homossexuais, da criminalização da homofobia, dos novos métodos de reprodução assistida, do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Esta investigação é um desdobramento da pesquisa efetuada no projeto *Laicidade à brasileira: o Acordo com a Santa Sé e a Lei Geral das Religiões*, financiado pelo CNPq, e consiste em acompanhar e mapear a acirrada disputa em torno do Projeto de Lei 122/2006. O referido PL visa criminalizar a discriminação motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Se aprovado, vai alterar a Lei de Racismo (Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989), que abrange, atualmente, a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional e religião, e passará a criminalizará também a homofobia. O PLC 122/2006 se baseia no PL 5003/2001, apresentado à Câmara dos Deputados por Iara Bernardi (então deputada federal pelo PT-SP) visando criminalizar a homofobia. Mas o PL proposto por Bernardi não previa a alteração da Lei Federal nº 7.716.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. E-mail: juliana.trindade@acad.pucrs.br

² Doutor em sociologia pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: rmariano@pucrs.br

Nos últimos anos, o PL 122/2006 tem sido objeto de acirrada disputa. Grupos católicos e evangélicos têm lutado por sua reprovação, enquanto organizações de defesa dos direitos sexuais e humanos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros demandam sua aprovação. Parlamentares religiosos e laicos têm conseguido sobrepor seus interesses e valores religiosos em relação a muitos temas polêmicos discutidos no país.